

1 Ata de reunião extraordinária do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do
2 Adolescente de Campinas, realizada ao décimo sétimo dia do mês de abril de dois mil
3 e doze às dezesseis horas, em sua sede sito à Rua Ferreira Penteadado, nº 1.331-
4 Centro. Estiveram presentes: **representantes do Poder público titulares** : Maria
5 Rita de Cássia Bueno Martins, Eliane Jocelaine Pereira e seus suplentes: Maria Rachel
6 Nascimento e Cristiane Aparecida Florêncio Savi, **representantes da sociedade civil**
7 **- entidades de atendimento e/ou defesa da criança e do adolescente -**
8 **titulares:** Abel de Mattos Cabral Neto, Lincoln César Moreira e Jairo Pereira Leite , os
9 **representantes de entidades com atividades junto aos Movimentos**
10 **Populares- titulares:** Gustavo de Lima Bernardes Sales, Margareth Morelli e Sheila
11 Rodrigues de Oliveira. **Deliberação sobre: 1- Plano de Ação do CMDCA e Edital**
12 **de Projetos 2012** Jairo refere que este assunto já vem sendo discutido pelo Grupo
13 de trabalho e também pela Diretoria Executiva que apresenta como proposta a partir
14 do valor de R\$ 1.700.000,00, onde a Comissão de Abrigos propõe a utilização de R\$
15 682.000,00 no entanto planeja R\$ 148.000,00 para o ano de 2013 a diretoria propõe
16 que este valor seja utilizado com o recurso do próximo ano, a Comissão de Medidas
17 Socioeducativas planeja a utilização R\$ 20.000,00, a Comissão de VDCCA apontou a
18 utilização do valor de R\$ 40.000,00, a Comissão Criando Redes apresentou o valor R\$
19 15.000,00, a Comissão de Jovem Aprendiz propõe o valor de R\$ 15.000,00, a
20 Comissão da Proteção Básica apresenta o valor de R\$ 75.000,00, a Comissão de
21 Finanças aponta o valor de R\$ 50.000,00, para as ações permanentes como:
22 Conferência, Dia em comemoração ao ECA ao Dia da Criança e para o orçamento
23 criança / diagnóstico o valor de R\$ 90.000,00, totalizando assim o valor de R\$
24 1.038.000,00. Propõe destinar recursos para os Projetos Apoiados em 2011, sendo R\$
25 158.000,00 para a região do Shalon e R\$ 87.000,00 para a região da Vila Olímpia,
26 informa que foi utilizado por base de cálculo o valor per capita de atendimento em
27 R\$120,00 com o total de utilização de recurso financeiro em R\$ 1.283,00 restando
28 assim o valor de R\$ 417.000,00 para aplicação no edital. Lincoln esclarece que o GT
29 utilizou como metodologia de análise os bairros de maior vulnerabilidade social a
30 partir dos relatórios apresentados pelas Secretarias Municipais de Saúde, Educação,
31 Cultura, Assistência Social, Esporte e pelo Conselho Tutelar onde os projetos
32 contemplados pelo edital devem estar elencados em região de maior vulnerabilidade,
33 levantou-se os bairros que apresentaram mais de uma citação nos relatórios, aqueles
34 que tiveram apenas uma citação não foi contemplado. Jairo esclarece que será
35 liberado e 6(seis) parcelas. Solicitou-se para a Comissão de Abrigos, através de sua
36 representante, informar quais as entidades foram apontadas para receber recurso em
37 seu planejamento, Raquel esclarece que seriam as entidades CONVIVER, APOT, AMIC
38 e AEDHA. Eliane informa que o CMDCA assume o apoio para as entidades apontadas
39 no planejamento para este ano desde que o gestor publico assumo o apoio financeiro
40 para o próximo ano. Gustavo questiona as propostas apresentadas pela comissão de
41 abrigo que apresenta demanda de destinação para entidades e que não é comum a
42 todas as comissões, sendo então, um caminho arbitrário, quanto a administração de
43 recurso do CMDCA quanto a assinatura de recursos sem a apresentação do plano de
44 aplicação, sugere avaliar e retomar as questões quanto ao edital. Jairo esclarece que
45 a entidade terá que apresentar o plano de aplicação. Gustavo refere que a comissão
46 de abrigos agrega a rede de atendimento e as demais comissões não apresentaram
47 destinação direta por não ter este entendimento. Margareth refere que o GT não
48 indicou a Vila Olímpia e o Shalon. Refere ainda, sobre a resolução do CONANDA
49 quanto a destinação de verba casada e sobre a sentença judiciária 375/2011 que
50 revoga esta prática. No GT foi debatido que seria reapresentado o edital do ano
51 anterior, no entanto refere que está frágil e que deve ser considerado os princípios
52 constitucionais. Refere ainda que ela e Gustavo estariam protocolando um documento
53 a fim de dirimir dúvidas quanto a legalidade da destinação de verbas casadas. Eliane
54 propõe que o colegiado defina o mais rápido possível, considerando que há a

55 necessidade de publicar o edital, aponta que as políticas de atendimento tem como
56 prioridade a convivência familiar e comunitária e que a diretoria executiva apresentou
57 uma proposta e o colegiado tem a prerrogativa de deliberar sobre ela. Esclarece
58 ainda, que a ação civil pública citada contesta a doação direta, teve como princípio, a
59 averiguação da entidade que atende e o Conselho tem esta competência, a decisão é
60 de 1ª. Instância e que está suspensa conforme orientação solicitada pela diretoria
61 executiva junto a procuradoria da SMCAIS e que este assunto seria pautado na
62 próxima reunião. Cristiane aponta que neste momento não estamos referindo a verba
63 casada, e sim de 20% do recurso do Fundo Municipal, refere que os procedimentos
64 adotados pelo CMDCA são consultados à procuradoria da prefeitura e sob a orientação
65 da mesma, e se existe alguma ação ilegal do CMDCA, sendo então reforçado que não
66 há ilegalidade nas ações do CMDCA, propõe que as entidades apontadas pela
67 Comissão de Abrigo sejam incluídas no edital. Gustavo refere que as entidades que
68 recebem recursos para os eventos não ficam para elas. Lincoln propõe que a
69 destinação mista foi deliberada por este colegiado, embora não ter concordado não
70 deve ser retomada, neste momento, a única comissão que tem definido a política de
71 atendimento é a de abrigos. Raquel refere que não se sente apta para defender a
72 proposta da comissão de abrigos e que estes questionamentos poderiam ser
73 realizados quando da apresentação da mesma. Cristiane esclarece que as entidades
74 da Vila Olímpia e do Shalon tiveram publicados editais em 2010 e 2011 tendo sido
75 destinado para construção e solicita explicações sobre os apontamentos atuais.
76 Lincoln esclarece que as entidades solicitaram oficialmente, para a sua manutenção
77 recursos junto a SMCAIS e esta encaminhou para o Conselho. Cristiane informa que
78 em edital normalmente são as mesmas entidades que se inscrevem, talvez pela
79 facilidade delas escreverem projetos, refere sobre a importância de definir melhor o
80 papel das comissões. Gustavo propõe que as entidades SEMEAR E CPTI sejam
81 retiradas dos plano de ação e discutir a destinação de recursos para estas entidades
82 em outra pauta. Refere que o CRP entidade que representa não defende a
83 benevolência e a caridade, o formato que estamos discutindo é mais um plano de
84 aplicação do que um plano de ação e que isto implica em discutir junto ao poder
85 público, para que este assuma a execução da política. Lincoln retoma que o grupo
86 trouxe propostas para serem discutidas, sugere trabalhar sobre os plano de aplicação
87 misto, mantendo as propostas das comissões, considerando a proposta da Comissão
88 de Abrigos. Em edital pautar as propostas do GT considerando assim as regiões de
89 maior vulnerabilidade. Colocado em votação a proposta de modelo misto ou
90 totalmente edital, sendo que o modelo misto foi aprovado com 5 votos favoráveis e a
91 totalmente edital ficou com 4 votos. Margareth solicitou declaração de voto, que por
92 uma questão de princípio e segurança defende a destinação que toda a verba seja
93 através de edital, que os editais sejam rigorosamente respeitados pelos princípios
94 constitucionais da administração pública da legalidade, moralidade, impessoalidade,
95 publicidade, da eficiência do referido edital. Artº. 37 da CF/88, parágrafos 3º e 5º. Em
96 seguida foi colocado em votação a aplicação dos recursos sendo: para contemplar as
97 comissões R\$ 1.038.000,00, para as ações permanentes R\$ 288.000,00 e para o
98 Edital R\$ 662.000,00, foi aprovado com 6 votos favoráveis e 3 votos contrários. Nada
99 mais havendo, a reunião foi encerrada e eu, Maria Rita de Cássia Bueno Martins lavrei
100 a presente ata.